

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**

PERNAMBUCO

Ata da centésima quarta sessão ordinária do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, no ano de 1992.

001. Às treze horas e trinta minutos do dia dezoito de outubro
002. de mil novecentos e noventa e dois (19.10.92), nesta cidade
003. do Recife, capital do Estado de Pernambuco, presentes os Ex-
004. celentíssimos Senhores: Desembargador Presidente, Otílio Nei-
005. va Coelho; Desembargador Vice-Presidente, Mauro Jordão de
006. Vasconcelos; Juiz do Tribunal Regional Federal, Dr. Nereu Pe-
007. reira dos Santos Filho; Juizes de Direito, Drs. Enéas Bezer-
008. ra Barros e José Fernandes de Lemos; Jurista, Dr. José New-
009. ton Carneiro da Cunha; Procurador Regional Eleitoral, Dr. Jo-
010. aquim José de Barros Dias, comigo, Humberto Costa Vasconce-
011. los, Diretor Geral de Secretaria, foi aberta a sessão. Lida
012. e aprovada a ata da sessão anterior, o Des. Presidente efetu-
013. ou a leitura dos seguintes expedientes: TELEX Nº 3617, de
014. 16.10.92, do Presidente do TSE, comunicando que aquele Tribu-
015. nal, em sessão de 15.10.92, não conheceu do Recurso nº 10893
016. (TRE nº 662/90), interposto por Romildo Davis Duarte, da de-
017. cisão deste TRE que julgou improcedente a Ação de Impugnação
018. de Mandato Eletivo proposta contra Djalma Souto Maior Paes
019. Júnior, Deputado Estadual, por abuso do poder econômico. DES-
020. PACHO: "Ciente. Comunique-se."; TELEX CIRCULAR Nº 230, de 18.
021. 10.92, do Presidente do TSE, comunicando que aquele Tribu-
022. nal, em sessão de 15.10.92, apreciando o Processo de interes-
023. se do PCN, determinou a anotação e comunicação a este TRE,
024. das datas de realização das Convenções do referido Partido,
025. conforme cópia de ata da reunião da Comissão Diretora Naci-
026. onal Provisória, realizada em 11.09.92, que prorrogou as
027. Convenções Municipais até 25.10.92 e as Convenções Regionais
028. até 08.11.92. DESPACHO: "Ciente. Comunique-se."; TELEX CIRCU-
029. LAR Nº 229, de 18.10.92, do Presidente do TSE, comunicando
030. que aquela Corte, em sessão de 15.10.92, apreciando Processo
031. de interesse do Partido Trabalhista do Brasil, determinou
032. a anotação e comunicação a este Regional das datas de reali-
033. zação das convenções do referido Partido, para escolha dos
034. seus diretórios, conforme decisão da sua Comissão Diretora
035. Nacional Provisória, em reunião realizada em 19.07.92, fixan-
036. do as Convenções Municipais até 29.11.92 e as Regionais até
037. 30.11.92. DESPACHO: "Ciente. Comunique-se." OFÍCIO Nº 244 /
038. 92, de 09.10.92, da Presidente da Câmara Municipal do Suru-
039. bim, remetendo cópia do Requerimento nº 078/92, de autoria
040. do Vereador Cacildo de Sousa Barbosa, aprovado em sessão or-
041. dinária de 08.10.92, que trata de pedido a ser feito ao Juiz
042. de Direito de Surubim, ao Presidente deste TRE e ao Presi-
043. dente do TSE, no sentido de ser exigido documento de identi-
044. ficação de eleitores analfabetos e colocadas fotografias nos
045. títulos eleitorais, a fim de se evitar o voto em duplicidade.

Assinado

Assinado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

PERNAMBUCO

046. DESPACHO: "Ciente. Arquive-se."; OFÍCIOS NºS 1255/92 e 130/
047. 92, respectivamente, de 06.10.92 e 15.10.92, dos Juízes Elei-
048. torais da 21ª e 45ª Zona Eleitorais, Glória do Goitá e Belo
049. Jardim, comunicando os respectivos resultados das últimas
050. eleições municipais para Prefeito e Vereador. DESPACHO: "Ci-
051. ente. Arquive-se."; OFÍCIO Nº 1266/92, de 17.10.92, do Juiz
052. da 21ª Zona Eleitoral - Glória do Goitá, comunicando que foi
053. deferido o registro da candidatura de João Barbosa da Silva,
054. em substituição a Fernanda Dornelas Câmara Paes, considerada
055. inelegível pelo TSE para o cargo de Prefeito, ressaltando
056. que a sentença que julgou o requerimento constante do Proces-
057. so nº 016/92, de registro substitutivo, indeferiu o nome da
058. referida candidata ao cargo de Vice-Prefeito, tendo em vis-
059. ta a persistência da inelegibilidade em processo anterior,
060. ao cargo de Prefeito. Adianta, ainda, que o expediente de
061. diplomação será dirigido exclusivamente ao Prefeito eleito
062. João Barbosa da Silva, conforme sentença anexa. DESPACHO: "Ci-
063. ente. Anote-se." A seguir, o Presidente relatou o seguinte
064. Feito Administrativo: PROCESSO Nº 6430/92, Classe I, no qual
065. o Juiz Eleitoral da 132ª Zona Eleitoral - Camocim de São Fé-
066. lix solicita a requisição da servidora Lúcia de Fátima da
067. Silva, escriturária da Prefeitura, lotada na Maternidade
068. Nossa Senhora do Bom Parto. DECISÃO: "Unanimemente deferida
069. a requisição, devendo a servidora, tendo em conta sua lota-
070. ção de origem, permanecer à disposição da Justiça Eleitoral
071. até 31 de dezembro de 1992." Concedida a palavra ao Juiz Jo-
072. sé Fernandes de Lemos, este passou ao relato dos seguintes
073. feitos, Classe VI-Recurso Eleitoral Ordinário: PROCESSO Nº
074. 3565/92, no qual a 125ª Junta Apuradora-144ª Seção, da 101ª
075. Zona Eleitoral-Jaboatão II/3, recorre de ofício da decisão
076. que anulou a urna da 144ª Seção, por haver divergências entre
077. o número de votantes e o de cédulas. Em sessões de 07.10.92
078. e de 09.10.92 o feito foi transformado em diligência, para
079. que o Juízo, respectivamente, informasse se a incoincidência
080. decorria ou não de fraude e se a Junta anulou a votação da
081. urna e fez a apuração em separado. Oferecido parecer oral, a
082. Procuradoria opinou no sentido de ser dado provimento ao re-
083. curso, considerando-se válidos os votos da 144ª Seção. DECI-
084. SÃO: "Unanimemente foi dado provimento ao recurso, para con-
085. siderar válida a votação da urna, de acordo com o parecer o-
086. ral da Procuradoria"; PROCESSO Nº 3570/92, no qual o Juiz
087. Presidente da 125ª Junta Apuradora, da 101ª Zona Eleitoral -
088. -Jaboatão II/3, recorre, de ofício, da decisão da Junta, que
089. anulou a urna da 65ª Seção, em face de divergências entre o
090. número de votantes e o de votos contidos na referida urna.

Assinaturas manuscritas:
- Assinatura de João de Vasconcelos
- Assinatura de [illegível]
- Assinatura de [illegível]



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

PERNAMBUCO

091. Em sessões de 07.10.92 e de 09.10.92, o TRE converteu o feito
092. em diligência, para que o Juízo, respectivamente, informasse
093. se a incoincidência decorria de fraude e se a Junta anulou a
094. votação da urna e fez a apuração em separado. Solicitado pare
095. cer oral, a Procuradoria pronunciou-se no sentido de ser pro-
096. vido o recurso, julgando-se válida a votação da urna. DECISÃO:
097. "Unanimemente foi dado provimento ao recurso, para considerar
098. válida a votação da urna, conforme parecer oral da Procurado-
099. ria"; PROCESSO Nº 3573/92, no qual o Juiz Presidente da 125ª
100. Junta Apuradora, da 101ª Zona Eleitoral-Jaboatão II/3, recor-
101. re, de ofício, da decisão da Junta que anulou todos os votos
102. da 245ª Seção, em face de divergências ocorridas entre o núme
103. ro de cédulas e o de votantes. Em sessões de 08.10.92 e de 09.
104. 10.92, o TRE transformou o julgamento em diligência, para que
105. o Juízo, respectivamente, informasse se a incoincidência de-
106. corria ou não de fraude e se a Junta anulou a votação da urna
107. e fez a apuração em separado. O Procurador Regional Eleitoral
108. ofereceu parecer oral, tendo opinado que fosse negado provi-
109. mento ao recurso, em virtude da significativa incoincidência
110. de 76 cédulas. Após o parecer oral da Procuradoria, pediu vis-
111. ta dos autos o Des. Mauro Jordão de Vasconcelos; PROCESSO Nº
112. 3606/92, no qual a Frente Popular recorre da decisão da 126ª
113. Junta Apuradora, da 101ª Zona Eleitoral-Jaboatão, que conside
114. rou 01 voto nulo para a eleição majoritária, quando deveria
115. ser para o candidato Luiz Carlos-Nº 15 (366ª Seção), 01 voto
116. nulo para a eleição majoritária, quando deveria ser para o
117. candidato Luiz Carlos-Nº 15 (125ª Seção), 01 voto válido para
118. a eleição majoritária para o candidato Humberto Barradas-Nº
119. 28 (87ª Seção) e 01 voto válido para o candidato a Vereador
120. Luiz Carlos, quando deveria para o candidato da eleição majo-
121. ritária. Foi dado parecer oral pela Procuradoria. DECISÃO :
122. "Unanimemente, e de acordo com o parecer oral da Procuradoria,
123. decidiu o TRE: a) Dar provimento ao recurso, com relação à cé
124. dula de fls. 08, para considerar válido o voto para o candida
125. to a Prefeito pelo PMDB, "Luiz Carlos". b) Dar provimento ao
126. recurso, com relação à cédula de fls. 13, para considerar váli
127. da a votação, tanto para a majoritária, como para a proporção
128. nal. c) Negar provimento ao recurso, com relação à cédula de
129. fls. 18, considerando válido o voto para o candidato a Pre
130. feito pelo PTR, "Humberto Barradas". d) Dar provimento ao re-
131. curso, com relação à cédula de fls. 22, para considerar váli-
132. do o voto para o candidato a Prefeito pelo PMDB, "Luiz Carlos".
133. Ao final, foi facultada a palavra ao Juiz Enéas Bezerra Bar-
134. ros, que relatou o PROCESSO Nº 1787/92, Classe XIII-Diretórios
135. -Reg. e Cancelamento, no qual o Presidente do Diretório Regio

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**

PERNAMBUCO

136. nal do PT solicita o registro do Diretório Municipal de Laje-
137. do. DECISÃO: "Unanimemente, decidiu o TRE converter o julga-
138. mento em diligência, para cumprimento das exigências constan-
139. tes do parecer da Procuradoria, de fls. 12/13, letras "a", "
140. "b" e "c", no prazo de 10 dias". (Decisão independente de acór-
141. dão). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, do
142. que para constar, eu, , Humberto Costa Vasconce -
143. los, Diretor Geral de Secretaria, mandei lavrar a presente "
144. que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Humberto Costa Vasconcelos